

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: ec5111db-c0b2-4b09-ae48-a0e71d851d69

Protocolo: Processo Requerimento N° 013231/2023

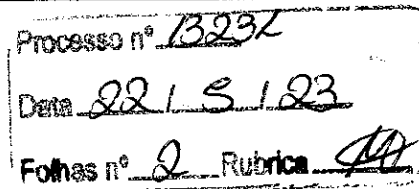
Data: 22/05/2023 16:12:59

Origem: GIGALINK DE N.FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*Contato: GIGALINK DE N.FRIBURGO SOLUÇÕES EM REDE MULTIMIDIA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA

Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

N°	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo YURI BORHER MOREIRA DE SOUZA 22/05/2023 16:13:22	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

AO

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023**

**PROCESSO Nº: 09.233/2022**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.236.865/0001-38, estabelecida a Avenida Manoel Carneiro de Menezes, 13, Mury, Nova Friburgo/RJ, por intermédio de seu Representante Legal, que a esta subscreve, como empresa interessada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente perante V. S.<sup>a</sup>, amparada no §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 c/c Lei 10.520/02, ainda pelo item **24.1** do Edital, oferecer

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, amparada no disposto no decreto 3.555/2000, na lei 10.520/2002 e no Artigo 41 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, conforme entendimento pacífico e manso de que:

12281  
"Qualquer restrição em relação ao objeto de licitação deve ter como fundamento razões aptas a justificarem que a finalidade e o interesse público reclamam por tal exigência de forma irremediável. Sem tal justificativa a restrição deve ser tomada por ilegal (art. 3º, § 1º, inc. I)"

"Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação." - conforme entendimento do TCU no Acórdão 641/2004 – Plenário."

## 1. DO DIREITO DE PETIÇÃO:

1.1. Nossa Impugnação apresenta-se nos termos do item 24.01 do referido edital em consonância ao art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, consoante, ainda, o postulado básico e sustentador do sistema democrático, ou seja, o Princípio do Devido Processo Legal (CF/88, art. 5º, inc. LV) e seus desdobramentos, contraditório e ampla defesa, também presentes na atuação deste Órgão Licitador, visto que inerentes ao Estado Democrático de Direito e ao exercício da Cidadania, além de tudo, devemos considerar que o direito de petição é direito constitucional (art. 5º, XXXIV), conforme ensinamento do emérito Professor José Afonso da Silva:

"É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la quer para desacolhê-la com a devida motivação."

"Ao mesmo tempo em que resguarda os administrados pois permite que sua voz seja ouvida antes da decisão que irá afetá-lo evitando que os interesses do administrado sejam considerados apenas ex post facto, concorre para uma atuação administrativa mais clarividente"

"O direito de petição pertence à pessoa para invocar a atenção dos Poderes Públicos sobre uma questão ou uma situação."

(Libertés publiques, 6<sup>o</sup>. Ed. Paris, 1982)

1.2. Não pode o Órgão omitir-se da análise da questão manifestada, sob pena de omissão e abuso de poder, uma vez que o direito de petição é a forma de manifestação mais ampla a fim de levar a conhecimento do Poder Público lesão ou ameaça a direito, podendo qualquer pessoa (física ou jurídica) lançar mão deste expediente constitucional, sendo que tal lição pode ser extraída da Constituição Federal Anotada de Uadi Lammêgo (pág. 170):

"Se, por um lado, como disse Seabra Fagundes, o direito de petição bem merece ganhar prestígio da lei pois do seu uso frequente podem resultar consequências positivas para o indivíduo e também para a dinâmica dos serviços públicos", por outro lado ele merece resposta, pois a falta de pronúncia da autoridade, além de constituir exemplo deplorável de responsabilidades dos Poderes Públicos, aniquila o direito constitucional assegurado. A obrigação de responder é seríssima. Sua falta configura insurgência contra a ordem instituída pela CF/88."

1.3. Ao receber e acatar esta Impugnação o Pregoeiro, não mais fará do que concorrer para uma atuação administrativa mais clara, dentro da finalidade de obtenção do melhor conteúdo das decisões administrativas, corroborando com a eficiência da Administração através dos subsídios trazidos a demonstração, a fim de sopesar a decisão a que se chegará.

1.4. Ademais, a presente Impugnação é em sua totalidade tempestivo, devendo ser o mesmo recebido e devidamente analisado pelo Pregoeiro.

1.5. Não obstante, e por ser medida da mais lúdima justiça, REQUER o recebimento desta Impugnação em ambos os efeitos, suspendendo o trâmite do procedimento licitatório até final decisão.

## 2. DA TEMPESTIVIDADE:

2.1. Estabelece o edital prazo de três dias úteis para apresentação de impugnação:

*24.1 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para licitacaopmnf@gmail.com até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública;*

2.2. A abertura da sessão se dará em 25 de maio de 2023, expirando o prazo para impugnação em 22 de maio de 2023, estando, portanto, tempestiva a presente impugnação.

### 3. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Processo nº 13231

Data 20/15/23

3.1. O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ iniciou processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.º 099/2023 objetivando a **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedos de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência"**.

3.2. A impugnante, empresa do ramo de atividade compatível com o objeto a ser licitado e com total capacidade técnica e financeira para assumir o futuro contrato, no intuito de participar do certame e apresentar proposta competitiva, obteve cópia do Edital de Licitação e, após minudente análise, constatou a existência de algumas exigências que violam a legislação pertinente ao assunto, sendo contrária aos princípios norteadores do procedimento licitatório, merecendo ser revistas pelos motivos que passa a discorrer adiante.

3.3. A presente impugnação visa afastar deste procedimento licitatório exigências que extrapolam o disposto na Lei n.º 10.520/02, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

3.4. Sendo assim, o Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem por meio desta oferecer a presente impugnação ao passo que no presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, a Administração fica inviabilizada de analisar uma oferta extremamente vantajosa em sua técnica e preço, **impossibilitando até mesmo que empresas mais capacitadas para esta contratação possa ser selecionada.**

3.5. Com efeito, o exame acurado do edital **revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório**, pois cria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um único fabricante, em um verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO no objeto licitado, através da falta de isonomia, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

3.6. Por ironia do destino, jamais poderia este profissional imaginar que viria a ter que impugnar o órgão máximo de fiscalização, principalmente **por motivos e deslizes que afrontam decisões consolidadas do Tribunal de Contas da União**, órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das aquisições em todo âmbito governamental.

3.7. Nesse sentido, impende salientar à queima-roupa **que as matérias-objeto da presente impugnação são questões pacificadas no âmbito do Tribunal de Contas da União**, cabendo lembrar que segundo a Súmula STF nº 347, 'o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público' – podendo, assim, declarar a nulidade de qualquer ato e procedimento adotado em uma licitação que esteja em dissonância com seus preceitos, com a lei e, em especial com o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93.

3.8. Sob esse enfoque, oportuno destacar que o direcionamento em certames licitatórios é assunto diuturnamente tratado pelo Tribunal de Contas da União, que em sua função maior de fiscalizador da atividade administrativa, já decidiu reiteradas vezes a respeito do assunto. Nesse sentido, vale trazer à baila um de seus julgados sobre a matéria, in verbis:

*"(...) 9. Postos esses fatos, em especial os que demonstram possibilidade de direcionamento da concorrência em tela, é de reconhecer o fumus boni iuris nas ponderações apresentadas pela Unidade Técnica. De notar que o prosseguimento do certame poderá causar prejuízos ao Erário, haja visto que, em princípio, o edital não observa os princípios da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia entre os licitantes, uma vez que há indícios de favorecimento à empresa Politec Ltda. Ressalta-se, adicionalmente, o elevado valor envolvido – cerca de R\$ 8.670.000,00 ( oito milhões, seiscentos e setenta mil reais)." ( Decisão 819/2000 – Plenário)*

*"Assim, em suma, observamos que não foram suficientemente ilididos os questionamentos em tela, podendo-se concluir pela responsabilidade da presidente (como de todos os membros) da CLP, por agir de forma ao menos omissiva, permitindo que houvesse o direcionamento, os sobrepreços e o favorecimento questionados. Por isso, sujeita-se a responsável à multa prevista no art. 43, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, na proporção, opinamos, de*

15% ( RI-TCU, art. 220, inc. III)."(ACÓRDÃO N°  
105/2000 – TCU – Plenário AC-0105-20/00- P)"

3.9. Quanto à ação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no caso de possível direcionamento, colacionamos decisão <sup>Processo nº 153/98, 13281</sup> ~~Processo nº 153/98, 13281~~ verbis:

*"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: 3. Considerando os indícios descritos de direcionamento da aludida licitação; e que tal procedimento licitatório não se conformaria à atual política de contenção de gastos impostos à Administração Pública, solicita que este Tribunal se digne a:*

- a) liminarmente, determinar ao Ministério da Justiça a suspensão do mencionado procedimento licitatório, uma vez que a matéria indica a abertura de propostas para o dia 11 do mês corrente;*
- b) determinar, com fulcro no art. 41, inciso II, também da Lei nº 8.443/92, a realização de inspeção no Ministério da Justiça, com vistas ao cumprimento dos misteres supra- assinalados e, se for o caso, identificar os responsáveis pelos atos eventualmente irregulares.*

*5. Em resposta à diligência desta Secretaria, por meio do ofício nº 68/SE/MJ, de 03/02/98 (fls. 12), o MJ prestou as seguintes informações:*

- a) os atos referentes ao processo licitatório da Tomada de Preços nº 12/97 foram suspensos por intermédio da Portaria do Gabinete do Ministro/MJ nº 1.215, de 02/12/97 (fls.14);*
- b) a mesma Portaria desconstituiu a Comissão Permanente de Licitação, dispensando os seus membros;*
- c) Comissão de Avaliação, constituída mediante Portaria do Gabinete do Ministro/MJ, de 18/12/97, (fls. 16) para analisar a matéria, concluiu pela existência de irregularidades na licitação que comprometeriam todo o procedimento até então*



praticado, ante a inobservância do disposto no art. 3º,  
inciso I, da Lei 8.666/93 (fls.22)"

Processo nº 13231  
Folha nº 123  
Data 12/03/2014

3.10. Inclusive, não é demais lembrar que a própria Lei n.º 8.666/93 já está 123  
carregada de tópicos de preocupação, acerca da responsabilização de  
eventuais responsáveis da disputa por: **a) imposição de restrições  
indevidas à ampla concorrência; b) elaboração imprecisa de editais e c)  
inclusão de cláusulas que denotam o direcionamento do procedimento  
licitatório.**

3.11. Dando respaldo a esse poder de cautela, o art. 82 ordena que, os  
agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os  
preceitos da lei de licitações, além das sanções próprias administrativas  
previstas, "**sujeitam-se à responsabilidade civil e criminal**".

3.12. Acrescente-se, por adequado, que restrições indevidas e  
preferências injustificáveis podem ser **enquadradas criminalmente no  
artigo 90 do Estatuto Licitatório (frustrar mediante qualquer expediente, o  
caráter competitivo da licitação. Pena de 2 a 4 anos, além de multa).**

3.13. Assim, os fundamentos jurídicos aqui expendidos são fonte de valia  
universal perante a sociedade brasileira, operadores do direito, e  
**PRINCIPALMENTE AGENTES PÚBLICOS**, pois constituem proteção ao  
sagrado interesse público maior – razão esta suficiente a proclamar a  
retificação do edital no tocante às exigências que extrapolam os  
comandos legais, como será demonstrado a seguir:

#### 4. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

4.1. Inicialmente, alertamos que o Termo de Referência respectivo do  
certame conduz a uma marca específica no mercado (**CISCO**), em que  
pese existência de outras opções disponíveis que atenderiam, de modo  
eficiente, o interesse público (primário e secundário) da Administração  
Pública.

4.2. No âmbito das licitações a regra é de proibição ao direcionamento  
do edital para determinada marca ou modelo, conforme se vê no art. 7º,  
parágrafo 5º da Lei 8666/93:

*§ 5o É vedada a realização de licitação cujo objeto  
inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas,  
características e especificações exclusivas, salvo nos  
casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda  
quando o fornecimento de tais materiais e serviços for*

feito sob o regime de administração controlada,  
previsto e discriminado no ato convocatório.

Data 22/5/23

Folhas nº 11 Rubrica

4.3. O §7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 prevê ainda que:

*§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca.*

4.4. Bem verdade que, de acordo com a Súmula/TCU nº 270, "em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção".

4.5. No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU indica a necessidade de o gestor apontar as razões que motivam a decisão de restringir a disputa a determinadas marcas:

*A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público. (Acórdão 113/16 – Plenário)*

*A restrição quanto à participação de determinadas marcas em licitação deve ser formal e tecnicamente justificada nos autos do procedimento licitatório. (Acórdão 4476/16 – 2ª Câmara).*

4.6. **Mas o presente caso não envolve a necessidade de padronização e finalmente não houve prévia justificativa.** Assim, totalmente descabida a aplicação da súmula 270 do TCU. Logo, como não cabe a exceção, cabe a regra prevista na Lei de Licitações que veda o direcionamento editalício.

Processo nº 13281  
2015 123

4.7. No presente caso, em que pese não ter sido indicada a marca de bem, o detalhamento excessivo constante na especificação técnica, tende para o fato de que apenas uma marca poderia atender integralmente o ali mencionado.

4.8. O direcionamento da licitação pode ocorrer mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos.

4.9. In casu, vários itens previstos no Edital tiveram especificações excessivas que afunilam inevitavelmente na opção de apenas uma marca específica do mercado (**CISCO**), bastando simples análise entre as exigências técnicas do certame com o próprio folder e descritivo dos produtos disponíveis na própria internet.

4.10. Como simples exemplo, podemos citar os seguintes itens:

5.18 GATEWAY TDM/SIP

5.18.1 **Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

5.20 GATEWAY TDM/SIP COM 1 E 1 (USO INTERNO DA SEDE)

5.20.1 **Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

5.21 GATEWAY TDM/SIP FXO (USO INTERNO PARA AS DEMAIS LOCALIDADES)

5.21.1 **Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

5.22 GATEWAY TDM/SIP FXS (USO INTERNO PARA AS DEMAIS LOCALIDADES)

5.22.1 **Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

Processo nº 13031  
22/5/23  
13  
10

5.23 APARELHOS TELEFÔNICOS IP TIPO I - Os aparelhos telefônicos devem ser homologados pela ANATEL e possuir as seguintes características mínimas:

**5.23.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

5.24 HEADSET USB – Tipo I

**5.24.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

5.25 HEADSET BLUETOOTH – Tipo II

**5.25.1 Deverão ser do mesmo fabricante da solução de PABX em nuvem;**

4.11. Desta forma, são exigidas especificações de produto baseado em apenas um único fabricante, e consequentemente limita a participação no certame de apenas empresa que atenda as minuciosas especificações técnicas dos produtos.

4.12. Verifica-se que o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que somente prejudica completamente o caráter competitividade.

4.13. Importante ressaltar que da leitura do referido Edital verifica-se que apenas um fabricante possui os equipamentos mencionados no item 4.10 da presente impugnação.

4.14. Lado outro, a impugnante oferta produto similar, que atendem perfeitamente ao objeto a ser licitado, mas que são de diversos fabricantes.

4.15. Portanto, excluir a impugnante viola a todos os princípios constitucionais que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), razoabilidade, finalidade e, em especial, moralidade.

4.16. Assim sendo, não resta outra alternativa que não a retificação do Edital a fim de expurgar os detalhamentos em excesso e desnecessários que restringem indevidamente a amplitude da competição do certame, a fim de que a Administração consiga efetivar o próprio princípio da eficiência (mais qualidade aliada ao menor custo possível).

4.17. Como demonstrado no Edital, as exigências técnicas são abusivas, sendo que muitas delas, pelas suas características, se mantidas, impedem a participação de empresas de renome no mercado, direcionando um certame de forma completamente irregular.

4.18. Deve-se lembrar ao gestor público, que ele está sujeito à legislação e decisões prolatadas por intermédio de acórdãos e resoluções dos órgãos maiores de controle, visto estar utilizando recursos públicos para a contratação. Ressalte-se que tais órgãos foram dotados de competência para avaliar os atos praticados em toda a sua extensão, com possibilidade de questionar a decisão sob o aspecto da eficiência, da economicidade, da legalidade e da legitimidade.

4.19. As exigências acima descritas comprometem a ampliação da disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa. Reza a Constituição Federal, de forma peremptória, em seu artigo 37, inciso XXI:

*"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".*

4.20. Também o artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 veda expressamente a restrição ao caráter competitivo:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: 4 I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem*

Processo nº 13231  
82/3/23  
15  
10

o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

4.21. Conforme esclarece o autor Marçal Justen Filho, a Lei nº 8.666/93 buscou "evitar que as exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. (...) A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas."

4.22. Exigências desarrazoadas não podem ser legitimadas sob o argumento de que a Administração necessita de segurança maior do que a efetivamente necessária à execução do objeto a ser contratado, sob pena de ofensa ao texto constitucional, que autoriza apenas o mínimo de exigências, sempre alicerçadas em critérios razoáveis. Conforme citado acima, o amplo espectro da ação do controle pelos Tribunais de Conta, extrapola o até então inquestionável mérito do ato administrativo, para verificar não só a sua conformidade com o interesse público, mas também quanto a ser a prática a melhor forma de satisfazê-lo ou não.

4.23. Nesse mesmo diapasão, encontramos mais uma vez a manifestação de Marçal Justen Filho:

*"(...) não é possível a Administração invocar algum tipo de presunção de legitimidade de atos administrativos para transferir ao particular o ônus de prova extremamente complexa. Assim o é porque foi a Constituição que determinou a admissibilidade apenas das exigências as mais mínimas possíveis. Portanto, quando a Administração produzir exigências maiores, recairá sobre ela o dever de evidenciar a conformidade de sua conduta em face da Constituição. Mas há outro motivo para isso. É que, se a Administração impôs exigência rigorosa, fê-lo com base em alguma avaliação interna. Em última análise, a discricionariedade na fixação das exigências de qualificação técnico-operacional não significa que a Administração possa escolher as que bem entender. A*

escolha tem de ser resultado de um processo lógico, fundamentado em razões técnico-científicas. Portanto, o questionamento do particular conduz, em primeiro lugar, à Administração revelar publicamente os motivos de sua decisão. Depois, conduz à aplicação da teoria dos motivos determinantes. Ou seja, se a Administração tiver avaliado mal a realidade, reputando como indispensável uma experiência que tecnicamente se revela dispensável, seu ato não pode prevalecer." (in "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", Dialética, 7ª edição, p. 337).

4.24. Aliás, os Tribunais de Contas têm jurisprudência uníssona no sentido de que as exigências do edital devem estar voltadas à seleção da proposta mais vantajosa, sem, no entanto, restringir injustificadamente a competitividade:

*"o ato convocatório há que estabelecer as regras para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se admitindo cláusulas desnecessárias ou inadequadas, que restrinjam o caráter competitivo do certame.*

*Tanto é que o próprio art. 37, inciso XXI, da CF, que estabelece a obrigatoriedade ao Poder Público de licitar quando contrata, autoriza o estabelecimento de requisitos de qualificação técnica e econômica, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

*Por outras palavras, pode-se afirmar que fixar requisitos excessivos ou desarrazoados iria de encontro à própria sistemática constitucional acerca da universalidade de participação em licitações, porquanto a Constituição Federal determinou apenas a admissibilidade de exigências mínimas possíveis.*

18231  
Dessarte, se a Administração, ~~Prem-seu poder~~  
discricionário, tiver avaliado indevidamente a  
qualificação técnica dos interessados em contratar,  
reputando como indispensável ~~um~~ <sup>22.5123</sup> ~~questão~~ <sup>10</sup>  
tecnicamente prescindível, seu ato não pode  
prosperar, sob pena de ofender a Carta Maior e a Lei  
de Licitações e Contratos."

TCU - AC-0423- 11/07-P Sessão: 21/03/07 Grupo: I  
Classe: VII Relator: Ministro Marcos Bemquerer Costa  
- FISCALIZAÇÃO - REPRESENTAÇÃO -  
<https://contas.tcu.gov.br>, acesso em 01 março de  
2010.

4.25. Resta evidente que o Edital merece revisão a fim de se evitar a restrição ao caráter competitivo no caso em tela, com a alteração das exigências que restringem injustificadamente a competitividade do certame, através de uma clara e evidente falta de isonomia. **Ao fazer, e o pior, manter, um EDITAL DIRECIONADO e VICIADO poderá estar servindo a fins escusos do mercado.**

4.26. Assim, cabe à Administração ir ao encontro das determinações do Tribunal de Contas da união, que detém determinado feixe de competências e atribuições para examinar todos os editais lançados pela Administração.

4.27. O norte traçado pela área de fiscalização dos Tribunais torna-se inalterável, de aplicação erga omnis, por força do Princípio da Segurança Jurídica, base mesma do Estado Democrático de Direito.

4.28. Desse modo, face à remansosa jurisprudência aplicada e vasta doutrina administrativista que apoia a ampla competitividade, outra solução não há senão o acolhimento das razões acima elencadas, para que o edital em espécie seja reformulado.



## 5. DO PEDIDO

Processo nº 13231

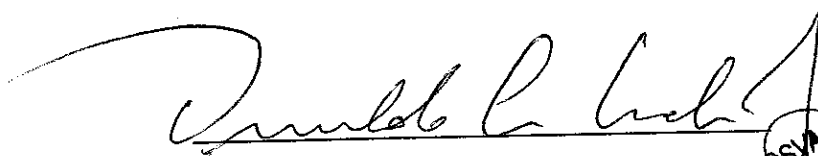
Data 22.15.23

Folhas nº 18 Rubrica 

5.1. Diante de todo o exposto, **REQUER-SE** a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária **alteração do descritivo de todos os itens previstos**, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca, o que impede e participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame.

Termos em que, pede deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 19 de maio de 2023.



OSVALDO A. LUCHO JR.  
CREA-RJ 145162/D

Osvaldo A Lucho Junior

Representante Legal

RG nº 145162/D CREA-RJ

CPF nº: 832.501.317-68



Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023**

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo de Impugnação nº: 13.231/2023

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.**

**IMPUGNANTE: GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA - CNPJ sob o nº 06.236.865/0001-38.**

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 099/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

**A) O EDITAL ESTARIA DIRECIONADO, LIMITANDO A LICITAÇÃO A UM ÚNICO FABRICANTE**

O exame acurado do edital revelaria situação merecedora de urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois criaria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um único fabricante, em um verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO no objeto licitado, através da falta de isonomia, contrariando todo dispositivo legal, em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

A) a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo de todos os itens previstos, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca, o que impede a participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 13.231/2023

RUBRICA: M FOLHA: 24

Comissão de Pregão I

#### IV. DO MÉRITO

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 24.2 do edital e que, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontrava marcada para o dia 22 de maio de 2023 e, foi suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 22 de maio de 2023.

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934

**Processo Administrativo nº: 13231/2023.**

**Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.**

**Processo nº. 09.233/2022 - EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023**

**Impugnante : GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCÕES EM REDE MULTIMIDIA LTDA.**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

### **RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 099/2023**

Trata o presente de resposta à IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa **GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA** interposta contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023;

1. Data da interposição da impugnação: 19 de maio/2023 às 17:37.  
Recebida no e-mail do Pregão: [licitacaopmnf@gmail.com](mailto:licitacaopmnf@gmail.com).
2. Protocolo da interposição da impugnação: 22 de maio/2023 às 16:12.
3. Suspensão do Certame : 25 de maio/2023.
4. Data da ciência da impugnação à Subsecretaria TI: 25 de maio/2023 às 10:36.
5. Processo recebido por esta Subsecretaria no dia 26 de maio de 2023 às 15:52.

#### **1. DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO.**

A previsão legal do instituto da impugnação de instrumento convocatório em processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, consta no Edital conforme: "24.1 Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço com cópia para [licitacaopmnf@gmail.com](mailto:licitacaopmnf@gmail.com) até 3 (três dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública."

A par dos regramentos de admissibilidade acima explicitados, em sucinto exame preliminar acerca do pedido de impugnação formulado, tem-se que:

##### **1.1 TEMPESTIVIDADE:**

A data de abertura da sessão pública do certame, foi marcada originalmente para ocorrer em 25/05/2023. Assim, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida, o prazo limite para envio de impugnações por e-mail se encerrou às 23:59 do dia 22/05/2023. Deste modo, o pedido de impugnação em exame foi protocolizado tempestivamente, posto que recebido no meio eletrônico exigido no instrumento convocatório antes de findado o prazo.

##### **1.2 LEGITIMIDADE:**

Entende-se que a empresa impugnante "Gigalink" é parte legítima.

## 2. DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO CERTAME.

De acordo com os termos do Edital, em relação ao prazo e forma de resposta para Impugnações, positiva o seguinte: **"24.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e a decisão, que será proferida no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos."**

Ocorre que, em que pese a impugnação apresentada pela empresa "Gigalink" ter ocorrido tempestivamente em 19 de maio/2023 às 17:37, por fatos alheios a vontade da Administração, o e-mail só fora direcionado para Subsecretaria TI apenas em 25 de maio/2023 às 10:36 sendo encaminhado o processo físico no dia 26 de maio de 2023 às 15:52, após o decurso do prazo de 02 (dois) dias a qual o pregoeiro possui para decidir sobre a impugnação apresentada.

Desta feita, sobretudo pelo respeito ao Edital, bem como aos Princípios Norteadores da Administração Pública, houve a necessidade de suspender o certame, para que dentro do prazo hábil, a impugnação seja analisada e respondida.

## 3. DA ANÁLISE DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

O pedido da impugnante foi formalizado por meio previsto em Edital (e-mail), em forma de arrazoado com identificação dos pontos a serem atacados, com fundamentação e com qualificação da empresa. Portanto com base nos requisitos legais pertinentes, o pedido de impugnação de Edital foi apresentado em observância aos requisitos formais e materiais mínimos de admissibilidade.

Observa-se, portanto, que podem ser legítimas e legalmente respaldadas exigências relativas ao objeto da licitação ou aos licitantes, desde que tais condições sejam necessárias, relevantes e razoáveis, e possam ser justificadas pela Administração, como se configura o edital ora sob análise.

A empresa solicitou que exigências fossem retiradas e até alteradas. **Ocorre que, a Administração pública detém toda a discricionariedade para realizar suas aquisições, escolhendo as regras e métodos mais eficazes buscando economia.**

A empresa impugnante afirma que:

***"vários itens previstos no edital tiveram especificações excessivas que afunilam inevitavelmente na opção de apenas uma marca específica"***

(  
***"A impugnante oferta produto similar, que atendem perfeitamente ao objeto a ser licitado".***

Continua em:

***"Diante do exposto requer-se a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo de todos os itens previstos."***

Todavia, após a publicação do edital, o procedimento licitatório desenvolve-se como atividade vinculada e a liberdade para a Administração alterar as condições da contratação proposta dependem de fundamento que justifique a mudança pretendida.

Em outras palavras, a liberdade exercida no momento preparatório e inicial da licitação, após a publicação do edital, não mais poderá ser invocada. Isso porque a própria entidade administrativa sujeita-se ao princípio da vinculação ao edital, consagrado no artigo 41 da Lei Federal nº 8.666, cuja vigência o STJ reiteradamente assegura:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL LICITATÓRIO. ART. 41, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93. VIOLAÇÃO. DEVER DE OBSERVÂNCIA DO EDITAL. (...) II – O art. 41 da Lei nº 8.666/93 determina que: ‘Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.’

III – Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da coisa pública. Outra não seria a necessidade do vocábulo “estritamente” no aludido preceito infraconstitucional.

IV – ‘Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital.’ (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385)

V – Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se “estritamente” a ele. VI – Recurso Especial provido.

Da leitura da impugnação apresentada pela empresa “Gigalink”, percebe-se que o problema não parece residir nas especificações técnicas - que tão somente definem uma qualidade e uma compatibilidade necessária para a correta utilização e aproveitamento do produto - mas nos produtos específicos que são utilizados pela impugnante, similares que não a impediriam de participar.

As especificações exigidas foram elencadas pelo setor técnico solicitante e decorrentes das especificações técnicas e a realidade local da Administração.

Salientamos que o Termo de Referência, bem como os Estudos Preliminares foram previamente analisados pela Análise da Controladoria Geral, quanto aos requisitos de legalidade e conformidade das exigências ali dispostas.

Além disso, não assiste razão a impugnante quando afirma que apenas uma marca (Cisco) fabrica todos os produtos elencados no Edital, pois de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS e AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem. Vejamos:

### **AVAYA**

**Sistema de Comunicação Unificada:** Avaya Cloud Office

**Link:** <https://www.avaya.com/br/produtos/ucaas/voip-calling-chat>

**Terminal IP de mesa:** Grande variedade de modelos

**Link:** <https://www.avaya.com/br/devices-and-phones/catalog-search/?categoryid=1378123720932&compatibilityId=&startPage=1&pageSize=12> **Headset:** L119 e L129

**Link:** <https://www.avaya.com/br/devices-and-phones/catalog-search/?categoryid=1378123721274&compatibilityId=&startPage=1&pageSize=12> **Gateway:** G450 **Link:** [https://documentation.avaya.com/en-US/bundle/AdministeringPartnerCloudPoweredbyAvayaCaaS\\_r30/page/Avaya\\_G450\\_media\\_gateways.html](https://documentation.avaya.com/en-US/bundle/AdministeringPartnerCloudPoweredbyAvayaCaaS_r30/page/Avaya_G450_media_gateways.html)

**Telephone:** <https://www.avaya.com/br/devices-and-phones/ip-phones/j139/>

### **INTELBRAS**

**Sistema de Comunicação Unificada:** Wide Voice Cloud

**Link:** <https://www.intelbras.com/pt-br/pabx-em-nuvem-wide-voice>

**Terminal IP de mesa:** Grande variedade de modelos - **Link:** <https://www.intelbras.com/pt-br/comunicacao/telefones/ip-voip>

**Headset:** Grande variedade de modelos - **Link:** <https://www.intelbras.com/pt-br/comunicacao/headsets/headsets> -

**Gateway:** GW 201 E (E1); GW 232 S (FXS); GW 208 O (FXO) - **Link:** <https://www.intelbras.com/pt-br/comunicacao/gateways/gateways-ip>

**Telephone:** <https://www.intelbras.com/pt-br/comunicacao/telefones/ip-voip>

### **ALCATEL**

**Sistema de Comunicação Unificada:** Rainbow Lucent-Alcatel

**Link:** <https://www.al-enterprise.com/pt-br/rainbow>

**Terminal IP de mesa:** Grande variedade de modelos

**Link:** <https://www.al-enterprise.com/pt-br/produtos/dispositivos/ale-sip-deskphones> **Headset:** Grande variedade de modelos

**Link:** <https://www.al-enterprise.com/pt-br/produtos/dispositivos/ale-aries-headsets> **Gateway:** Alcatel-Lucent OmniPCX

**Link:** <https://www.al-enterprise.com/pt-br/produtos/plataformas/omnipcx-enterprise-communication-server>

**Telefone :** <https://phonoway.com.br/portfolio/h6/>

### **MITEL**

**Sistema de Comunicação Unificada:** MiCloud Connect

**Link:** <https://www.mitel.com/support/learning-center/micloud-connect>

**Terminal IP de mesa:** Grande variedade de modelos

**Link:** <https://www.mitel.com/products/6900-voip-business-phones>

**Headset:** Grande variedade de modelos

**Link:** <https://www.mitel.com/products/headsets-business>

**Gateway:** Mitel 3300

**Link:** <https://www.mitel.com/products/3300-controller>

**Telefone:** <https://www.mitel.com/document-center/devices-and-accessories/ip-phones/6800-series/6800-sip-phones/50/pt-br/mitel-6873i-sip-telephone-guia-r%C3%A1pido-de-refer%C3%Aancia>

### **Grandstream,**

**Link:** [https://www.n3rad.com.br/grandstream/?gclid=CjwKCAjwpuajBhBpEiwA\\_ZtfhczO9oIhB1qKG-dcdauQOltc82vAI5oOzAGg4-9swFtAWLKp5CehRoCsnoQAvD\\_BwE](https://www.n3rad.com.br/grandstream/?gclid=CjwKCAjwpuajBhBpEiwA_ZtfhczO9oIhB1qKG-dcdauQOltc82vAI5oOzAGg4-9swFtAWLKp5CehRoCsnoQAvD_BwE)

Convém Registrar ainda que além das 5 marcas citadas acima, existem outros fornecedores de serviços que estariam aptos a atender às especificações do Edital, tais como: Algar, Oi, Claro, Vivo e TIM, inclusive a própria ALGAR fez pedido de esclarecimentos o qual encontra-se publicado no portal da transparência desse órgão e demonstrou o interesse de participar do certame dentro das exigências contidas no edital.



#### 4. DOS EQUIPAMENTOS / DISPOSITIVOS DO MESMO FABRICANTE.

Nesse sentido fica claro que não há indicação de marcas e que os equipamentos, dispositivos e softwares descritos no Termo de Referência e demais itens, e sim uma busca por componentes que permitem e possibilitam uniformizar os aspectos técnicos, buscando compatibilizar os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação à necessidade da Administração.

O Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e elementos necessários à sua perfeita contratação e execução e a parte técnica tem sido criteriosa nesse sentido. A diversidade de fabricantes garantem a pluralidade de tecnologias. Dessa forma, o objetivo da aquisição de componentes de mesma solução e fabricante visam a minimizar possíveis problemas de incompatibilidade e baixo desempenho, garantir a procedência dos componentes, garantir o suporte e a qualidade mínima esperada dos equipamentos de modo a poder garantir, dentre outros aspectos, que este atenda aos requisitos de qualidade desejados pela Administração.

O que se busca no mercado é uma solução tecnicamente viável e eficiente para a Administração. Os requisitos exigidos no edital são necessários, relevantes, razoáveis e estão bem fundamentados e justificados no processo. Não é objetivo da Administração acomodar, nas licitações públicas, toda e qualquer solução em torno do objeto pretendido, mas garantir uma ampla concorrência em torno do atendimento de suas necessidades, o que foi alcançado no edital ora impugnado.

Todos os dispositivos devem ser compatíveis com o sistema VoIP utilizado na rede, a fim de funcionarem corretamente. Podemos destacar abaixo os motivos para que sejam do mesmo fabricante:

- 1) **Compatibilidade:** os dispositivos e plataformas do mesmo fabricante são projetados para trabalharem juntos de forma mais harmoniosa, o que pode reduzir problemas de compatibilidade que possam ocorrer entre dispositivos e sistemas operacionais diferentes.
- 2) **Melhor experiência do usuário:** a utilização de dispositivos e plataformas do mesmo fabricante pode oferecer uma experiência de usuário mais uniforme e intuitiva, já que o design e as funcionalidades são pensados para trabalhar de forma integrada.
- 3) **Maior segurança:** a utilização de dispositivos e plataformas do mesmo fabricante pode oferecer um nível maior de segurança, já que os fabricantes podem trabalhar em conjunto para garantir que seus dispositivos e sistemas operacionais sejam seguros e estejam atualizados.
- 4) **Melhor suporte técnico:** os fabricantes podem oferecer um suporte técnico mais eficiente e específico para dispositivos e plataformas que são da mesma marca.
- 5) **Facilidade de configuração:** os dispositivos do mesmo fabricante geralmente são mais fáceis de configurar e integrar, pois as configurações são geralmente padronizadas e os recursos são projetados para trabalhar em conjunto.
- 6) **Mais recursos:** os dispositivos do mesmo fabricante podem ter recursos exclusivos ou mais avançados que não estão disponíveis em outras marcas, o que pode ser benéfico em determinadas situações.

Os fabricantes que possuem Sistema de Comunicação Unificada (PABX em Nuvem), equipamentos, dispositivos e softwares próprios ou direitos de copyright sobre eles, detêm o domínio da tecnologia para sanar quaisquer eventuais problemas técnicos que ocorram com o equipamento.

Dessa forma, o objetivo da aquisição de Sistema de Comunicação Unificada, equipamentos, dispositivos e softwares de mesmo fabricante (ou com direitos de copyright) visam a minimizar possíveis problemas de incompatibilidade de hardware e baixo desempenho, garantir a procedência dos componentes e softwares embarcados e garantir o suporte e a qualidade mínima esperada dos equipamentos diante da criticidade envolvida em sua aplicação e dos elevados custos diretos e indiretos advindos da recorrência de falhas e defeitos.

Assim sendo, vale ressaltar que a capacidade técnica de um fabricante em relação a componentes essenciais para o funcionamento e integração lógica de seus equipamentos é de extrema importância para garantir a qualidade desejada pela Administração. Caso a contratante não considere esse aspecto como relevante, ele não estará qualificado para fornecer seu sistema à Administração.

Lembrando que os equipamentos solicitados são para uso corporativo, o que requer que tenham desempenho, confiabilidade e procedência como garantia de uma boa prestação de serviços.

Por fim, cumpre registrar que as especificações técnicas previstas no Termo de Referência (i) não estabelecem qualquer discriminação desvinculada do objeto da licitação; (ii) não contém exigências desnecessárias e que não envolvam vantagem para a Administração; (iii) não impõe requisitos desproporcionais à necessidade da Administração; e (iv) não contém discriminação ofensiva à valores legais ou constitucionais.

O princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade, a admitir, **por óbvio, preferências técnicas que visem o atendimento ao interesse da Administração, como é o caso.** Esse é o entendimento da doutrina jurídica e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 3.274/2011 e 1.890/2010.

Conclui-se, portanto, que as exigências definidas pela área técnica solicitante, e transcritas em edital, se encontram devidamente justificadas nos autos do processo licitatório, e que as mesmas possuem respaldo legal e jurisprudencial, de modo a não configurar afronta à legislação aplicável, muito menos há que se falar em direcionamento tal qual tenta transparecer a impugnante.

Isto porque, ante a existência de fundamentação técnica para as exigências constantes no instrumento convocatório, não há que se falar em injustificado cerceamento de concorrência, nem tão pouco em descumprimento dos princípios e regras que regem a atuação da Administração Pública.

## 5. DA CONCLUSÃO.

**O Edital aqui questionado “é claro” ao definir A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE UM “SERVIÇO” e “NÃO” de “PRODUTOS”.**

**Todavia, para que seja possível alcançar a melhor prestação do serviço pretendido, não se trata de adquirir qualquer objeto, mas o objeto que venha a atender as reais necessidades da Administração, pelo menor valor possível - sob pena inclusive de se perder a finalidade principal da contratação.**

Diante do exposto, esta são as considerações sobre a impugnação interposta pela empresa GIGALINK. Frisando que não consta registro de Pedido de esclarecimento da impugnante quanto ao requisito em questão na durante o processo.

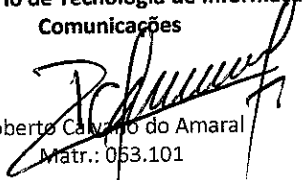
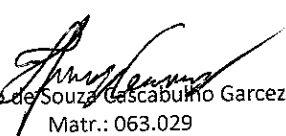

Sendo assim, no mérito, com base nas razões de fato e de direito acima desenvolvidas, **e à luz dos argumentos apresentados pela área técnica competente, acreditamos, s.m.j serem IMPROCEDENTES e temerosas, para tratar de questão incontroversa, de conhecimento técnico técnicos, com os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação à necessidade da Administração, mobilizando de forma absolutamente despropositada, que levou a suspensão do certame.**

**Assim, pelos fundamentos apresentados e a inexistência de ilegalidade, recomendamos ao Senhor Pregoeiro, conhecer a impugnação interposta pela empresa e negar-lhe provimento, mantendo o Edital do Pregão Eletrônico em seus termos originais, designando nova data para a realização da sessão.**

Por fim, deve o presente ser encaminhado a Procuradoria Geral do Município, conforme determinado as fl. 21 pela Comissão do Pregão I, para análise da legalidade dos fatos, em especial quanto a impugnação da Empresa GIGALINK, por se tratar de questão incontroversa, estritamente técnica, em relação ao objeto, mobilizando de forma absolutamente despropositada o certame, que culminou com a suspensão, por prazo indeterminado, do Edital, causando prejuízos a administração, provocados por incidente manifestamente infundado. Devendo, ainda, com "venias", manifestar-se quanto a aplicação de possível penalidade administrativa e demais procedimentos de estilo, no caso de se identificar a má-fé positivada nos os incisos I e VI do artigo 80 do Código de Processo Civil.

Ao final, deve a decisão ser publicada, com a resposta nos endereços eletrônicos oficiais, para conhecimento dos interessados.

Nova Friburgo, 30 de maio de 2023.

<b>Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações</b>  Roberto Calvino do Amaral Matr.: 063.101	<b>APOIO TÉCNICO</b>  Hugo de Souza Cascaburno Garcez Matr.: 063.029
<p>De acordo, em prosseguimento:</p>  Rodrigo França Silva Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Matr.: 063.189	



Processo: 13231/2023

Requerente: Gigalink de Nova Friburgo Soluções em Rede Multimídia Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 22/05/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 099 de 2023 - Processo Licitatório n. 9233/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, pelo período de 12 meses, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e unidades externas da Prefeitura.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 05 de junho de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame, tendo em vista que o Termo de Referência conduz a uma marca específica no mercado (CISCO), em que pese a existência de outras opções disponíveis que atenderiam de modo eficiente o interesse público da Administração.

Por fim, requer a retificação do Edital e do Termo de Referência com o fim de que se proceda à alteração devida e necessária do descritivo de todos os itens previstos.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 19/21, acolheu a impugnação, eis que preenchidos os pressupostos de admissibilidade, encaminhando o procedimento à Secretaria de Infraestrutura e Logística para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 24.2 do edital.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, por meio da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações, em manifestação de fls. 22/28, afirmou que *“as especificações exigidas foram elencadas pelo setor técnico solicitante e decorrentes das especificações técnicas e a realidade local da Administração”*, bem como que *“não assiste razão à impugnante quando afirma que apenas uma marca (Cisco) fabrica todos os produtos elencados no Edital, pois de acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico dessa Subsecretaria de TI, tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS E AVAYA possuem*

1



*soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem”.*

Afirmou, ainda, que *“além das 5 marcas citadas acima, existem outros fornecedores de serviços que estariam aptos a atender às especificações do Edital, tais como: Algar, Oi, Claro, Vivo e TIM, inclusive a própria ALGAR fez pedido de esclarecimentos o qual encontra-se publicado no portal da transparência desse órgão e demonstrou o interesse de participar do certame dentro das exigências contidas no edital”.*

Aduziu que *“não há indicação de marcas e que os equipamentos, dispositivos e softwares descritos no Termo de Referência e demais itens, e sim uma busca por componentes que permitem e possibilitam uniformizar os aspectos técnicos”,* bem como que o Edital é claro ao definir a necessidade da contratação de um serviço e não de produtos, pugnando pela improcedência da impugnação, por se tratar de questão incontroversa, de conhecimento técnico, com os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação à necessidade da Administração.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria-Geral para análise de legalidade, *“em especial quanto à impugnação da empresa requerente, por se tratar de questão incontroversa, estritamente técnica, em relação ao objeto, mobilizando de forma absolutamente despropositada certame, que culminou com a suspensão, por prazo indeterminado, do Edital, causando prejuízos a administração (...)”,* requerendo, ainda, manifestação *“quanto a aplicação de possível penalidade administrativa e procedimentos de estilo, no caso de se identificar a má-fé positivada nos incisos I e VI do artigo 8, do Código de Processo Civil”.*

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 22/05/2023 é tempestiva, em conformidade com o subitem 24.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão estava agendada para 25/05/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme previsto nos subitens 24.2 e 24.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*de*



*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.*

Inicialmente, verifica-se que não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório, mas tão somente quanto às especificações técnicas do objeto licitado.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Verifica-se que a Secretaria de Infraestrutura e Logística, às fls. 22/28, por meio do seu setor técnico, isto é, da Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações, concluiu que não há qualquer ilegalidade na descrição do objeto, bem como que as especificações exigidas foram elencadas pelo setor técnico e decorrentes das especificações técnicas e a realidade local da Administração, não havendo direcionamento de marca, haja vista que acordo com a pesquisa e o posicionamento do setor técnico da Subsecretaria de TI, “tem-se que CISCO, MITEL, ALCATEL, INTELBRAS E AVAYA possuem soluções de PABX, gateways, terminais IP e headset, podendo ser utilizadas para prover serviços de PABX em nuvem”.

Portanto, tendo sido apresentados os esclarecimentos técnicos quanto à impugnação, não cabe a esta especializada jurídica qualquer análise.

Quanto à solicitação da Subsecretaria de TI de manifestação acerca da possibilidade de aplicação de penalidade administrativa à requerente, tendo em vista que a impugnação trata de questão incontroversa, estritamente técnica em relação ao objeto, causando prejuízos a administração, s.m.j., não se mostra razoável, eis que o pedido de impugnação está fundamentado no direito de petição, positivado na Constituição da República (art. 5º, XXXIV), na Lei 8.666/93 (art. 41, § 1º), no Decreto Federal n. 10.024/2019 (art. 24), Decreto Municipal n. 599/2020 (art. 24) e no próprio Edital do Pregão Eletrônico 099/2023 (subitem 24.1).

### III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e decisão de sua competência, na forma do art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019.




Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 05 de junho de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347



Comissão de Pregão I

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023**

Processo Licitatório nº: 09.233/2022

Processo de Impugnação nº: 13.231/2023

**OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, PELO PERÍODO DE 12 (doze) MESES, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.**

**IMPUGNANTE: GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA - CNPJ sob o nº 06.236.865/0001-38.**

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 099/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

**A) O EDITAL ESTARIA DIRECIONADO, LIMITANDO A LICITAÇÃO A UM ÚNICO FABRICANTE**

O exame acurado do edital revelaria situação merecedora de urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois criaria óbice à própria realização da disputa, limitando o leque da licitação a apenas um único fabricante, em um verdadeiro e claro DIRECIONAMENTO no objeto licitado, através da falta de isonomia, contrariando todo dispositivo legal, em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Em face do exposto, requer:

A) a total procedência da presente impugnação, com efeito de retificação do Edital e Termo de Referência, com o fim específico de que se proceda à devida e necessária alteração do descritivo de todos os itens previstos, uma vez que se trata de direcionamento indevido de marca, o que impede a participação de outras empresas interessadas e frustra o caráter competitivo do certame.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 13.231/2023

RUBRICA: *ap* FOLHA: 35

Comissão de Pregão I

#### IV. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa GIGALINK DE NOVA FRIBURGO SOLUCOES EM REDE MULTIMIDIA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 099/2023, e subsidiado pelo setor técnico responsável, que encaminhou parecer técnico às fls. 22 a 28, e no informado pela Procuradoria Geral do Município às fls. 29 a 32, no mérito, NEGOU PROVIMENTO à alteração do edital em comento.

Dessa forma, será agendada uma nova data para a realização do certame, mantendo o Edital do Pregão Eletrônico em seus termos originais.

Nova Friburgo, 07 de junho de 2023.

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934